

ABERTURA DE UMA AÇÃO DE FORMAÇÃO PARA CUIDADORES FORMAIS

Santa Cruz da Graciosa, 13 de junho de 2017

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Num inquérito realizado pela Direção Regional da Solidariedade Social há cerca de dois anos, uma das questões que as Santas Casas da Misericórdia, ao nível dos Açores, consideravam como mais premente era exatamente a necessidade de formação, de qualificação dos seus recursos humanos.

Pois cá estamos. Cá estamos a dar início a um processo que não se esgota nesta formação em que hoje aqui estamos, mas que pretende que esta seja o ponto de partida para um processo que, ao longo dos próximos 12 meses, abrangerá cerca de 600 colaboradores das Santas Casas da Misericórdia de toda a Região.

Este processo é desencadeado pelo Governo, por um lado, porque é o cumprimento de um compromisso que consta do nosso Programa de Governo, mas também por mais dois outros motivos.

Um tem a ver com o facto de, por esta forma, cada uma das instituições das Santas Casas da Misericórdia, cada um dos colaboradores das Santas Casas da Misericórdia, ficar melhor qualificado.

Aliás, um dado que julgo importante é o facto de esta formação estar reconhecida pela Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, o que reforça, também, as qualificações que cada um daqueles que frequentar estas ações de formação terá após a sua conclusão.

Mas também há um outro motivo que para mim é particularmente importante. É o facto de, desta forma, criarmos as condições para que cada vez mais os idosos, aqueles que são servidos pelas Santas Casas da Misericórdia, pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social, serem melhor servidos e serem servidos por pessoas que têm uma especial formação em termos dos cuidados, em termos, no fundo, da forma como se deve processar essa relação.

É o conjunto destes objetivos que leva o Governo dos Açores a lançar este processo, sem qualquer custo para as instituições, que abrange cerca de seis centenas de trabalhadores e que visa melhorar a qualidade do serviço prestado aos idosos, reforçar a qualificação dos recursos humanos que trabalham nessas instituições e, em último lugar, também, o cumprimento daquele que é o compromisso que temos, constante do nosso Programa do Governo.

Eu gostaria, a este propósito, de salientar também que esta medida, que é simultaneamente de apoio às instituições e de apoio aos trabalhadores das instituições, é uma peça neste edifício que tem sido construído de uma política dirigida quer às Instituições Particulares de Solidariedade Social, quer aos nossos idosos.

Nós temos, neste momento, cerca de duas centenas e meia de instituições com quem existem acordos com o Governo dos Açores, permitindo mais de 700 valências em toda a Região.

Isso dá nota, não apenas da importância do trabalho que essas instituições desenvolvem, mas também daquilo que é este trabalho de parceria que se estabelece entre o Governo e essas Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Esta é uma componente significativa, uma vez que, se não falarmos daquilo que tem a ver com investimento em infraestruturas e em prestações, estamos a falar anualmente de cerca de 60 milhões de euros que são dirigidos para essas parcerias de apoio a essas instituições.

Mas há outras peças deste edifício que temos construído numa política de apoio social. Para além desta questão das parcerias, que envolve cerca de 60 milhões de euros, há ainda um conjunto de medidas e um conjunto de instrumentos, que existem apenas na nossa Região, pelo menos com essa incidência, e que fazem parte também deste processo de ajudar os nossos idosos.

Falo do Complemento Regional de Pensão, falo do COMPAMID, para apoio à aquisição de medicamentos por idosos, e, noutra dimensão, daquilo que tem a ver com os complementos de apoio ao Abono de Família, um conjunto de medidas bastante significativo.

Continuamos a não falar de investimentos em infraestruturas, ou seja, continuamos a não falar daquilo que tem a ver com o investimento na construção de edifícios, de centros de dia, estamos a falar apenas daquilo que tem a ver, no caso concreto com a parceria com as instituições e essas outras medidas, que significam anualmente um investimento da parte pública à volta dos 90 milhões de euros.

É importante sinalizar que estas medidas não são uma forma que tenhamos definido de completar a intervenção pública nesta matéria. Nós achamos que é possível fazer mais e estamos empenhados em fazer mais, nomeadamente com estas ações de formação, nomeadamente com um conjunto de outros investimentos que têm sido desenvolvidos, nomeadamente com aquilo que tem sido o aperfeiçoamento constante para termos, cada vez mais, uma política de ação social dirigida às necessidades daqueles que servimos.

Hoje estamos a falar de uma formação para os cuidadores formais, ou seja, para aqueles que colaboram com as instituições, mas há outra componente que não podemos esquecer. Aliás, está já em curso o trabalho, a definição de uma estratégia dirigida ao apoio ao cuidador informal.

Nós temos a consciência de que nem todos aqueles que necessitam de apoio conseguem ser abrangidos por essa rede, que há muitas situações em que aqueles que necessitam de apoio dependem de um familiar, dependem de alguém mais próximo, que não está inserido nesta cadeia, e essas pessoas, quer aqueles que necessitam deste apoio, quer aqueles que cuidam dessas pessoas, necessitam também de apoio.

É esse o nosso objetivo: termos, quer em termos de formação, quer em termos de apoio, uma atenção especial, no sentido de garantir que, em última instância, o idoso que necessita deste apoio tem os melhores cuidados possíveis.

É essa a ideia de uma política e de uma intervenção centrada no idoso que gostaria também de partilhar convosco. A necessidade de tudo isto ser feito, não como um objetivo em si mesmo, mas - vamos chamar desta forma - pelo cumprimento de um dever de solidariedade entre gerações.

O cumprimento de um dever que esta geração tem, que a nossa geração tem, de acudir, de ajudar, de dar condições para que, na fase da vida que os idosos atravessam, terem as melhores condições possíveis, porque efetivamente, cada um da sua forma, muito deram à nossa Região, muito ajudaram a nossa Região a construir aquilo que é hoje.

É esta ideia, este objetivo último, esta abordagem estratégica em relação àquilo que deve ser esta política que eu gostaria de partilhar convosco, em relação aos objetivos que aqui nos trazem. O facto de esta ação se integrar numa perspetiva mais vasta, ou seja, este grupo de cerca de duas dezenas que hoje aqui está integra-se nesse projeto mais global de mais de seis centenas, e dizer-vos também que aquilo que esta formação visa servir é aquilo que é a razão de ser da política de ação social dirigida aos nossos idosos que temos prosseguido.

Faço votos para que esta ação de formação corra bem, ela tem uma participação muito significativa, e que este seja também um fator de engrandecimento e de valorização profissional para cada um de vós.

Um bom dia a todos e muito obrigado.